

breve histórico da educação

escola dos nobres

A partir do ano 1500 começam a ser introduzidas as séries escolares e a adaptar-se os conteúdos escolares ao desenvolvimento da criança. É neste período histórico que começa-se a reconhecer a diferença entre a criança e o indivíduo adulto. Com a nova estrutura curricular e com o eixo central da atividade escolar sendo a classe dos alunos, instalou-se o processo de avaliação dos conteúdos adquiridos e no tempo sendo empregado de maneira subdividida e controlada.

Este tempo do relógio também é um tempo diferente do social, variável conforme acontecimentos e grupos. O tempo mecânico torna-se o tempo da ciência. (ARIES⁴, 1981, apud KRETZ in STRECK,1996.)

Este tipo de escola serviu-se às elites durante muitos anos. Os conteúdos ensinados não eram científicos (e desta forma, portadores de mudanças), e sim clássicos e literários com visão basicamente contemplativa. Nas classes mais pobres, a educação era dada nas ruas.

O objetivo básico da educação de motivo religioso era o de ativar os alunos para que se integrassem nos valores da sociedade. Somente no período de Carlos Magno a educação começa a escapar-se do controle da Igreja, quando as escolas elementares são criadas. A estrutura escolar, entretanto, permanece a mesma.



Escola das elites
Fonte: Cuidado, escola!

⁴ARIES, P., *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 apud KRETZ, Lúcio in STRECK, Danilo (org.), *op. cit.* 1996.

breve histórico da educação

escola dos pobres

Nas sociedades pré-coloniais e em algumas culturas até os dias atuais, a educação era papel de toda a comunidade e acontecia em seu dia-a-dia: plantar, trabalhar, conviver, ouvir histórias, participar das celebrações. De acordo com Harper (*et. al*, 1980), esta prática educativa consistia na interiorização dos valores e comportamentos, observando o meio ambiente e seu conjunto como um contexto de permanente formação.

Todo adulto ensinava. Aprendia-se a partir a própria experiência e da experiência dos outros. Aprendia-se fazendo, o que tornava inseparáveis o saber, a vida e o trabalho. (HARPER et al., 1980)

Com o desenvolvimento industrial surgiram também novos quadros técnicos e científicos, e a burguesia dominante passou a perceber que a massa trabalhadora também precisava de um mínimo de instrução, precisava *socializar-se*, ou seja, tornar-se “bons cidadãos” e “trabalhadores disciplinados”. Devido a esta necessidade foi criada, paralelamente à escola da nobreza, a *escola dos pobres* - além da separação física, estas duas escolas apresentavam também diferenças curriculares: as crianças “do povo” cursavam a “escola primária”, a qual não havia sido concebida para transmitir nenhum tipo de conhecimento mais aprofundado, gerar pensamentos que, mais elaborados, poderiam causar possibilitar mudanças na estrutura social vigente. Muito pelo contrário - a criação de uma outra escola, separada, aumentou a segregação social e ajudou a manter a sua estratificação.

breve histórico da educação

compartimentação dos conteúdos

Foi neste período, também, que se começou a conceber os conteúdos de ensino como entidades *sui generis*, autônomas e independentes de qualquer realidade que não fosse a diretamente escolar e a educação básica foi sendo entendida com todas as conotações disciplinares seriadas, escalonadas, avaliativas e seletivas (KRETZ in STERCK, 1996)

Conhecimentos compartimentados
Fonte: Cuidado, escola!



A partir de então os conteúdos de cada disciplina obedeciam a uma organização e a uma economia próprias, a uma lógica e a uma exigência que se justificavam por si mesmas, pela lógica da história de cada disciplina. Os conteúdos de cada disciplina, a sequência, as precedências, as avaliações e os domínios tidos como básicos, pouco tinham a ver com o direito à formação básica do cidadão comum. Justificavam-se na lógica interna de cada disciplina [...] nós não dominamos, não precisamos dominar uma grande percentagem de “saberes” sobre os quais os nossos filhos são avaliados, e até são reprovados, nas cinco “disciplinas” que têm de suportar cada dia, por 200 dias anuais, por oito anos de suposta educação básica. As crianças de 9 a 15 anos são cobradas pelo domínio de conceitos que foram criados pela e para a escola: verbos transitivos e intransitivos, atributos simples e complexos; proposições acidentais, explicativas ou determinativas; objeto direto e indireto; palavras oxítonas ou paroxítonas etc, etc. Conceitos descartáveis que nós, cidadãos adultos, não precisamos para o exercício de nossa cidadania, mas que continuam servindo para disciplinar as mentes e para excluir 80% dos cidadãos comuns do direito a uma experiência educativa e cultural rica, para o qual tem apenas o escasso tempo de formação que a sociedade lhes permite. (ARROYO, 1992 apud KRETZ in STERCK, 1980)

⁵ARROYO, Miguel G., *Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica*. Em aberto, Vol. 11, nº53, p.46-53, jan/mar 1992, apud KRETZ, Lúcio in STRECK, Danilo (org.), op. cit. 1996

breve histórico da educação

Brasil até a crise do café

No Brasil, a história da escola também esteve quase sempre vinculado ao desenvolvimento de capital. Conforme esclarece Sodré (1997), durante todo o período colonial, com a economia agro-exportadora com mão-de-obra escrava, em que não havia interesse no desenvolvimento da autonomia do país, não se preocupava com a educação e a cultura, pois não havia nenhuma função de reprodução das forças de trabalho a ser preenchida por estas. A educação pública existente na época era preocupação apenas das ordens religiosas e de sua missão catequística.

É somente com a República e no período seguinte, de intensa urbanização e industrialização em larga escala, que o ensino passou a ser pressionado no sentido de favorecer às gerações em formação os *instrumentos adequados à vida*.

As primeiras escolas que se formaram com a República associaram, na configuração do espaço, as concepções pedagógicas e o projeto político “atribuídos à educação popular” (tal qual na Europa da Revolução Industrial). Coube a esta escola “convencer, educar, e dar-se a ver”. Assim, segundo Carvalho Neto (2006), “o espaço escolar passa a ter sua própria configuração arquitetônica, passando a exercer uma função educativa *dentro e ao redor de si*”. O processo de desenvolvimento da indústria no país e a urbanização resultante exigiram escolas mais padronizadas e racionalizadas, que pudessem ser rapidamente reproduzidas e construídas em todo país. Este foi o modelo que implantou a escola seriada, o grupo escolar, o ginásio de estado, dentre outros, e também as normas, os usos e procedimentos um conjunto de realizações que podem facilmente ser utilizadas como o exemplo da chegada do *novo tempo* e do novo ciclo histórico do país.

Esse modelo manteu-se até a crise do café, em 1929 e somente a partir de então, com a depressão da economia colonial, começa a haver maiores preocupações com o ensino no país.

breve histórico da educação

ANOS 30 e 40

O desenvolvimento da educação no Brasil deste período entusiasmou muitos educadores e pensadores, que viam nele a chance de alavancar a condição social do país, torná-lo instrumento de atuação política. Entretanto, as medidas governamentais tomadas na maioria das vezes atendiam apenas aos interesses da burguesia e viam no processo de escolarização da população e na democratização do ensino uma possibilidade de qualificar a mão-de-obra para ampliar a produção.



Capa de cartilha

Fonte: História das Idéias Pedagógicas no Brasil

Em 1932 um grupo de educadores, 25 homens e mulheres da elite intelectual brasileira, lançou um manifesto ao povo e ao governo que ficou conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação”. Propunham a reconstrução educacional “de grande alcance e de vastas proporções... um plano com sentido unitário e com bases científicas...”. O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que resultou na inclusão de uma artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934. O art. 150 declarava ser competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País.” Atribuía, em seu art. 152, competência precípua ao Conselho Nacional de Educação, organizado de forma de lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000)

breve histórico da educação

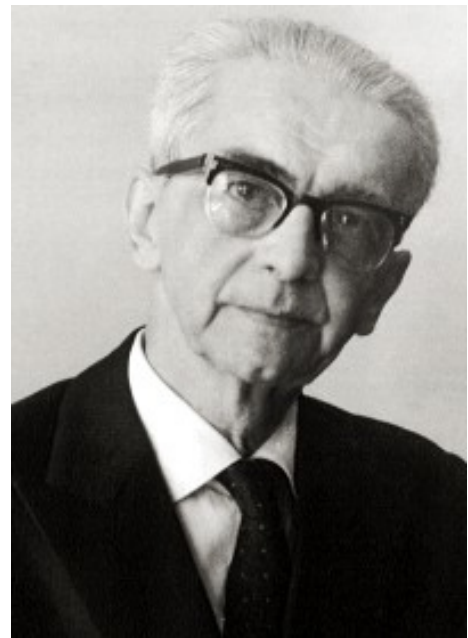
anos 30 e 40 - a escola nova

O educador mais representativo deste grupo, chamado de renovadores, é Lourenço Filho que publicou, em 1930, o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, o primeiro livro empenhado a divulgar o ideário renovador no Brasil de forma sistemática. Na forma de *lições*, explicava o que devia entender-se por Escola Nova (a partir de seu tripé científico baseado em biologia, sociologia e psicologia) e discorria sobre alguns ensaios feitos a partir desta visão. Ele pensava na educação como instrumento de renovação social e defendeu a necessidade da elevação dos níveis de instrução de toda a população como condição para o desenvolvimento econômico na nação. Sua maior contribuição ao campo da pedagogia foi articular a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional com a descoberta da psicologia infantil.

De acordo com Batista (2006), a Escola Nova também pregava os conceitos de teoria e prática, o “aprender fazendo”, porém ainda de maneira amarrada às concepções tradicionais, impunha “situações definidas e controladoras”. O projeto inovador brasileiro visava uma escola funcional em bases liberais, cuja compreensão da natureza infantil solicita menos a livre ação da criança, e mais a sua adaptação aos preceitos e regulações da vida em sociedade.

A educação se aperfeiçoa na
medida em que mais e melhor se
conheça a criança.

Lourenço Filho



breve histórico da educação

o período militar

Entre os meados da década de 40 e o início da de 60, houve avanços na educação popular brasileira, devido aos diversos movimentos populares que aconteceram no Brasil, com o estado populista-desenvolvimentista. De acordo com Gohn⁶ (1995, *apud* ZIENTARSKI), neste período “o Estado intervém de forma clientelística querendo integrar nas cidades as massas recém-chegadas do campo e ganhar sua simpatia através de barganhas, como por exemplo, o voto em troca de qualquer melhoria urbana”. Neste período, como no subsequente, com o regime militar, a política educacional servia para atender aos interesses de capital. Principalmente com o regime militar, o que se espera do sistema educacional é “a produtividade, o baixo custo de mão-de-obra numerosa, mas com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico vigente” (ZIENTARSKI, 2006).

Ainda segundo Zientarski (2006) principal diferença entre este momento e o anterior (entre os anos 40 e 60) foi em relação à repressão aos movimentos populares que ocorreram neste último o que fez com que se “calassem” vários destes, que atuavam em defesa da democracia, da liberdade e do direito à educação. Entretanto, apesar de toda censura e perseguição, muitos líderes comunitários, educadores, estudantes, religiosos e outros componentes da sociedade civil comprometidos com a educação e engajados na luta pela democratização se organizaram e realizaram muitos protestos mesmo sendo, muitas vezes, torturados, cassados e exilados.

Essas manifestações populares refletiram, no início dos anos 70, na apropriação, por diversos grupos, dos ideais de Paulo Freire de *educação popular* e os princípios que *somente a participação direta do povo seria capaz de conduzir o país ao desenvolvimento*. Vários artistas retrataram a situação vivida, como Geraldo Vandré, com sua canção “Pra não dizer que não falei das flores:

Vem, vamos embora, que esperar não é saber [...]
 Nos quartéis lhes ensinam antigas lições
 De morrer pela Pátria e viver sem razão...

⁶ GOHN, Maria da Glória, **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997 *apud* ZIENTARSKI, Clarisse, *Ideologia e classe dominante: a hegemonia construída e reproduzida na escola?* Porto Alegre: UFRGS, 2006.

breve histórico da educação

pós-militar aos dias atuais

Apesar do final da Ditadura Militar, nos anos seguintes a situação educacional brasileira continuou enfrentando dificuldades, pois “a disseminação do poder entre as instâncias da sociedade classista (especialmente a instância educacional) acentuou a dissonância entre o que é proposto pela escola e o que é vivido pela classe trabalhadora” (ZIENTARSKI, 2006). O papel que esperava-se que a escola exercesse a partir de então - o de palco para lutas de classes, desempenhando papel político na formação das camadas populares, - não acontece de maneira satisfatória.

De acordo com Ponce⁷ (1981, *apud* ZIENTARSKI, 2006) em relação a este período, “a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais de sua própria existência” e ele ainda adirma que os ideais pedagógicos, formulações necessárias das classes que estão empenhadas na luta, não são capazes de transformar a sociedade a não ser depois que a classe que os inspirou tenha triunfado e subjugado as classes rivais propósito que não vem sendo atingido.

Atualmente, vive-se um processo de desmonte e privatização das escolas públicas, o qual é um movimento conflitante, elitista e desprovido de qualquer neutralidade. O quadro educacional do século XXI apresenta poucas mudanças em relação aos que o precederam: da mesma forma que em todos os períodos anteriores, as políticas educacionais em geral encontram-se estritamente relacionadas aos interesses de capital, apesar das inúmeras tentativas de pensadores e correntes pedagógicas de reverter esta situação. De acordo com Zientarski :

A escola, como a temos, ainda hoje, é um instrumento da reprodução e da manutenção das relações capitalistas de produção, contribuindo para a marginalização das classes pobres notadamente para a continuidade da exclusão da classe trabalhadora desse projeto de desenvolvimento comandado pelas economias centrais. (2006)

⁷ PONCE, Aníbal, **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: 1981 *apud* ZIENTARSKI, *op. cit.*, 2006.

breve histórico da educação

atualmente

Conforme Batista :

A situação da escola em nossos dias exprime as consequências de um processo de democratização pautado na ampliação de vagas não-articulada à qualidade do ensino [...]. Pode-se afirmar que o foco se mantém em assistir a massa popular com conhecimentos instrumentais, retirando da ação educativa sua possibilidade transformadora, colocando-a a serviço da ideologia dominante. (2006)

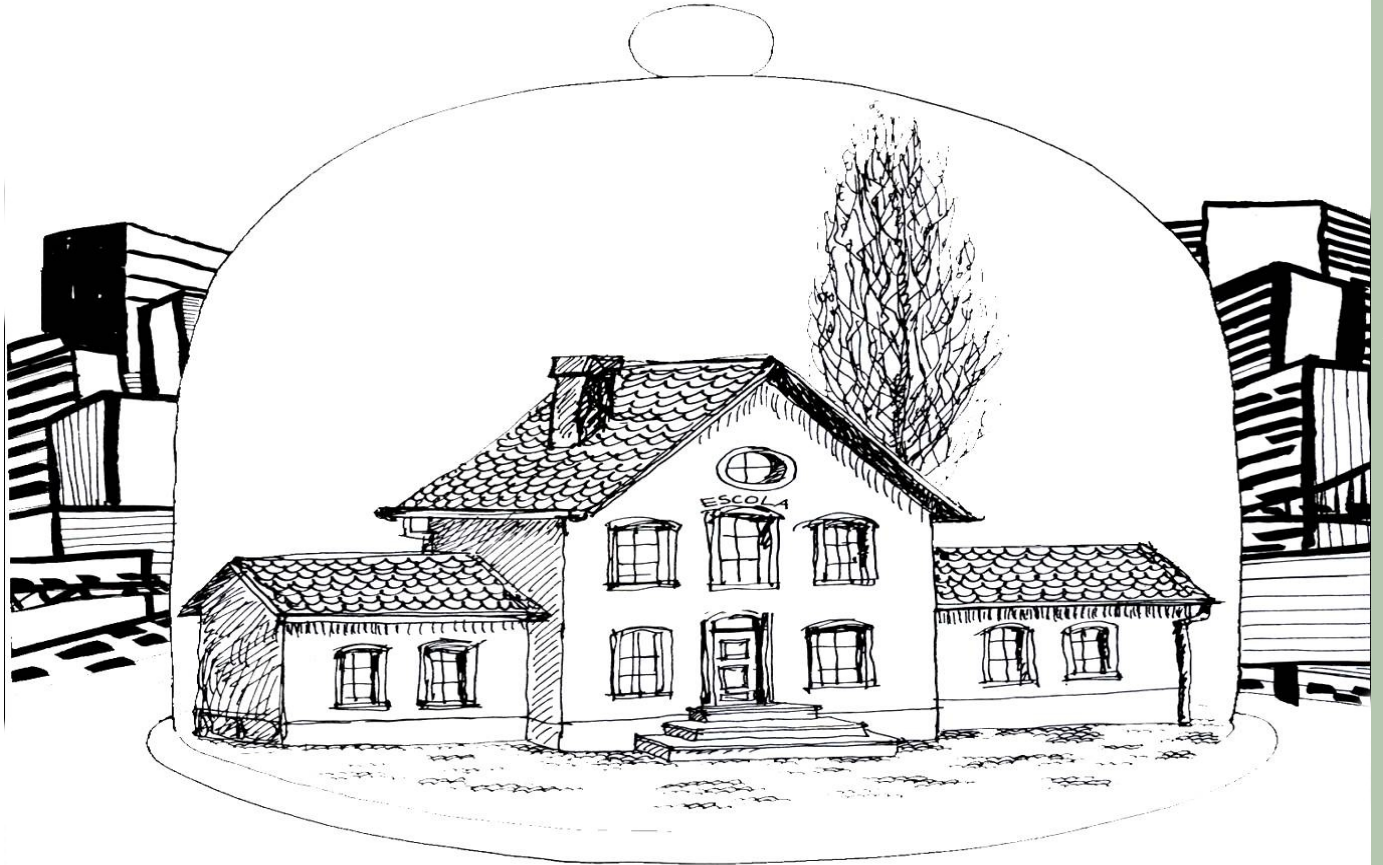
Com a escola massificada, perdeu-se a formação fundamentada nos conteúdos culturais, que era o que lhe conferia maior significado e permitia aos alunos fazer uma leitura crítica da realidade. Sutilmente a escola exprime a relação hostil que permite supor, ainda segundo Batista (2006), que “a escola foi obrigada a abrir os seus portões, à medida que chegavam as novas e indesejáveis levas de alunos” e em vez de acolher estes novos alunos, começou a criar “mecanismos de defesa” - criou muitas *barreiras internas*, além de se encher de grades. Este tipo de proteção contra a violência urbana é de caráter meramente paliativo, pois mostra aos alunos que estes podem entrar, mas que a escola não apodera-se de seus segredos e não entende seus problemas.

As escolas expandiram-se quantitativamente, tornando-se acessível à diferentes classes sociais, mas não qualitativamente, e esta (instituição) acabou tornando-se mais precária e ineficiente. Refletem-se na escola as contradições da estrutura social, impedindo-a de atingir grandes avanços qualitativos. (SAMPAIO⁸, 2004 apud BATISTA, 2006)

Com seus espaços relegados, recortados, apertados, juntamente com o fracionamento do tempo, as relações impessoais, hierarquização dos serviços o modelo escolar atual fez com que se perdesse os vínculos entre os alunos e a escola - separa-se, também, o ensino da aprendizagem, a realidade circundante dos conteúdos, os alunos da proposta escolar.

⁸SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira, **Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar**. São Paulo: Iglu, 2004 apud BATISTA, Ezir M., *Criança, infância e escola: uma análise da produção discente no Brasil (1994 a 2004)*. Florianópolis: UFSC, 2006.

escola na
Tapera



a escola

“Isolada do resto do mundo”
Fonte: Cuidado, escola!